

STJ00097039

# ANDRÉ NICOLITT

Juiz de Direito.

Doutor em Direito pela Universidade Católica Portuguesa - Lisboa - Portugal.

Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Professor e Membro do Conselho Consultivo da Escola da Magistratura  
do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ.

Professor do Curso de Especialização em Ciências Criminais e Segurança Pública  
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Professor da Universidade Cândido Mendes.

Membro do *Law Enforcement Against Prohibition* - LEAP.

# MANUAL DE Processo Penal

4<sup>a</sup>

Edição  
Atualizada



© 2013, Elsevier Editora Ltda.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.

Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Copidesque: Tania Heglacy Moreira de Almeida  
Editoração Eletrônica: Mojo Design

Elsevier Editora Ltda.  
Conhecimento sem Fronteiras  
Rua Sete de Setembro, 111 – 16º andar  
20050-006 – Rio de Janeiro – RJ

Rua Quintana, 753 – 8º andar  
04569-011 – Brooklin – São Paulo – SP

Serviço de Atendimento ao Cliente  
0800 026 53 40  
sac@elsevier.com.br

ISBN: 978-85-352-7191-1

ISBN (versão digital): 978-85-352-7192-8

**Nota:** Muito zelo e técnica foram empregados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de digitação, impressão ou dúvida conceitual. Em qualquer das hipóteses, solicitamos a comunicação à nossa Central de Atendimento, para que possamos esclarecer ou encaminhar a questão.

Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoas ou bens, originados do uso desta publicação.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

N554m  
4.ed.

Nicolitt, André Luiz  
Manual de processo penal / André Luiz Nicolitt. – 4. ed. – Rio de Janeiro:  
Elsevier, 2013.  
656 p.; 23 cm.

ISBN 978-85-352-7191-1

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal – Brasil. I. Título.

13-03736.

CDU: 343.2(81)

---

985043

# Sumário

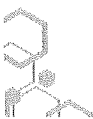
## 1. Ordenamento Jurídico Processual Penal

Interpretação e Aplicação no Tempo e no Espaço .....	1
1.1. Interpretação da lei processual penal: interpretação prospectiva e aplicação imediata dos direitos fundamentais .....	3
1.2. Classificação da hermenêutica .....	4
1.3. Lei processual penal no espaço .....	5
1.4. Lei processual penal no tempo .....	6
1.5. Leis penais processuais mistas (ou híbridas) .....	7

## 2. Noções Introdutórias sobre Jurisdição, Ação e Processo .....

2.1. É possível falar em uma Teoria Geral do Processo? .....	9
2.2. Jurisdição .....	12
2.2.1. Escopo da jurisdição .....	12
2.2.2. Pretensão e lide .....	13
2.2.3. Jurisdição como função realizadora dos valores constitucionais .....	13
2.2.4. Características .....	14
2.2.5. Princípio da jurisdição .....	14
2.3. Ação .....	15
2.3.1. Teoria da ação de Liebman .....	16
2.3.2. Conceito e natureza jurídica da ação e a ação penal como dever jurídico .....	16
2.3.3. Condições para o regular exercício do direito de ação .....	17
2.4. Processo .....	19
2.4.1. Processo como contrato e quase contrato .....	19
2.4.2. Processo como relação jurídica x processo como situação jurídica .....	19
2.4.3. Processo como instituição .....	20
2.4.4. Processo como categoria autônoma .....	20
2.4.5. Processo como garantia fundamental (nossa posição) .....	20
2.4.6. Processo penal: conceito .....	23

<b>3. Desenho Constitucional do Processo Penal Brasileiro</b> .....	<b>24</b>
3.1. Princípios constitucionais do processo penal .....	26
3.1.1. Princípios: conceito e classificações .....	26
3.2. Princípio da dignidade da pessoa humana .....	27
3.3. Devido processo legal .....	29
3.3.1. Apontamentos históricos .....	29
3.3.2. Evolução do conteúdo do princípio .....	30
3.3.3. O devido processo legal – o direito ao processo justo .....	31
3.4. Princípio do acesso à justiça e sua tridimensionalidade .....	32
3.5. O princípio do juiz natural .....	33
3.6. Princípio da igualdade – paridade de armas .....	34
3.7. Princípios do contraditório, da ampla defesa, da plenitude de defesa, da assistência judiciária e do duplo grau de jurisdição .....	38
3.7.1. Contraditório .....	38
3.7.2. Ampla defesa .....	39
3.7.3. Plenitude de defesa .....	40
3.7.4. Assistência judiciária .....	40
3.7.5. Princípio do duplo grau de jurisdição .....	41
3.8. Princípio da publicidade e da motivação .....	43
3.9. Princípio da duração razoável do processo .....	44
3.9.1. Duração razoável do processo: apontamentos históricos, conceito e natureza jurídica .....	44
3.9.2. Teoria do prazo fixo x teoria do não prazo .....	45
3.9.3. Como medir a duração razoável do processo? Critério do TEDH .....	48
3.9.4. Consequência pelo descumprimento do prazo razoável .....	51
3.9.5. As soluções compensatórias no processo penal .....	52
3.9.6. Duração razoável e prisão cautelar .....	54
3.10. Princípio da presunção de inocência e sua axiologia tridimensional .....	55
3.10.1. Apontamento histórico sobre a presunção de inocência .....	55
3.10.2. Presunção de inocência ou de não culpabilidade? .....	56
3.10.3. As três dimensões .....	56
3.10.3.1. Regra de tratamento .....	56
3.10.3.2. Regra de julgamento .....	57
3.10.3.3. Regra de garantia .....	58
3.10.3.4. Da eficácia irradiante da presunção de inocência .....	58
3.11. Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas .....	59
3.12. Princípio da reserva de jurisdição .....	60
3.13. Direito a não autoincriminação: <i>nemo tenetur se detegere</i> .....	65
3.14. Outros aspectos relevantes do processo penal na Constituição .....	67
<b>4 - Persecução penal (Investigação Criminal)</b> .....	<b>68</b>
Investigação Criminal .....	68
4.1. Polícia Judiciária .....	68



4.2. Investigação criminal: quem pode investigar? .....	70
4.2.1. Investigação pela polícia .....	71
4.2.2. Investigação pelo Ministério Público .....	71
4.2.3. Investigação pelas CPIs .....	75
4.2.4. Investigação pelos Tribunais .....	75
4.2.5. Peças de informação .....	76
4.3. Inquérito policial: natureza jurídica, finalidade e conceito .....	76
4.3.1. Características .....	77
4.3.2. Vícios, formalidades e caráter informativo .....	81
4.3.3. Instauração .....	83
4.3.3.1. Dos atos formais de instauração .....	84
4.3.3.2. Notícia crime .....	85
4.3.3.3. VPIs (Verificação da Preliminar de Inquérito) .....	85
4.3.3.4. Instauração do inquérito e as espécies de ação penal .....	86
4.3.3.5. Recurso ao chefe de polícia .....	87
4.3.3.6. Instauração por requisição .....	87
4.3.4. Indiciamento .....	88
4.3.5. Desenvolvimento do inquérito policial .....	89
4.3.5.1. Deslocamento ao local, apreensão de objetos e buscas domiciliares ...	89
4.3.5.2. Oitiva do indiciado .....	90
4.3.5.3. A identificação do indiciado .....	91
4.3.5.4. Incomunicabilidade do preso .....	91
4.3.6. Encerramento do inquérito .....	92
4.3.6.1. Conclusão .....	92
4.3.6.2. Dos prazos .....	93
4.3.6.2.1. Prazo do Inquérito, indiciado preso e Lei nº 12.403/2011 .....	93
4.3.6.2.2. Prazo do Inquérito e réu solto: constitucionalidade do § 3º do art. 10 do CPP .....	95
4.3.7. Baixa para diligências imprescindíveis .....	96
4.3.8. Arquivamento .....	97
4.3.8.1. Natureza do arquivamento .....	97
4.3.8.2. O controle sobre o arquivamento do inquérito policial e a inconstitucionalidade do art. 28 do CPP .....	98
4.3.8.3. Arquivamento implícito .....	101
4.3.9. Desarquivamento .....	102
4.3.9.1. Novas provas .....	103
4.3.10. Inquérito policial e legislação especial .....	104
<b>5 - Ação Penal .....</b>	<b>105</b>
5.1. Ação penal: conceito e natureza jurídica .....	105
5.2. Condições para o regular exercício do direito de ação .....	106
5.2.1. Legitimidade .....	107
5.2.2. Interesse de agir .....	109

5.2.3. Possibilidade jurídica da demanda .....	112
5.2.4. Originalidade .....	113
5.2.5. Justa causa .....	115
<b>5.3. Classificação .....</b>	<b>116</b>
5.3.1. Ação penal pública .....	116
5.3.1.1. Ação penal pública condicionada: as condições específicas de procedibilidade .....	116
5.3.1.2. Da representação do ofendido .....	117
5.3.1.3. Ação penal: parlamentares e chefes de governo .....	118
5.3.2. Da ação penal de iniciativa privada .....	119
5.3.2.1. Ação penal de iniciativa privada: classificação .....	119
5.3.2.2. Ação privada e os institutos da substituição e da sucessão processual..	121
<b>5.4. Princípios que regem a ação penal pública .....</b>	<b>121</b>
5.4.1. Princípio da obrigatoriedade e indisponibilidade .....	121
5.4.2. Princípios da oficialidade e da indivisibilidade .....	122
5.4.3. Princípio da intranscendência .....	124
<b>5.5. Princípios que regem a ação penal privada .....</b>	<b>124</b>
5.5.1. Princípios da oportunidade, da disponibilidade e da indivisibilidade .....	124
<b>5.6. Denúncia, queixa e aditamento .....</b>	<b>125</b>
5.6.1. Denúncia .....	125
5.6.1.1. Denúncia genérica e imputação alternativa .....	126
5.6.1.2. Qualificação do acusado, classificação do crime e rol de testemunhas..	129
5.6.1.3. Outras exigências formais .....	130
5.6.2. Queixa .....	130
5.6.3. Aditamento: conceito e classificação .....	131
5.6.3.1. Aditamento da denúncia .....	132
5.6.3.2. Aditamento da queixa .....	133
<b>5.7. Prazos para denúncia e para o exercício do direito de queixa .....</b>	<b>136</b>
5.7.1. Prazo para a denúncia .....	136
5.7.2. Prazo para a queixa .....	138
<b>5.8. Direito de queixa e adolescente casado ou emancipado .....</b>	<b>139</b>
<b>5.9. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual .....</b>	<b>140</b>
5.9.1. Antigo regramento da ação penal nos crimes contra os costumes .....	140
5.9.2. As antigas hipóteses do § 1º, art. 225 do CP: vítima pobre e abuso do pátrio poder .....	142
5.9.3. Novo regramento: ação penal nos crimes contra a dignidade sexual e a controvérsia em razão da qualificadora .....	144
5.9.4. Questões Intertemporais .....	146
<b>5.10. Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público .....</b>	<b>147</b>
<b>5.11. Extinção da punibilidade .....</b>	<b>148</b>
5.11.1. Prescrição, decadência e perempção .....	148
5.11.2. Renúncia ao direito de queixa .....	152
5.11.3. Perdão do ofendido .....	153
5.11.4. Renúncia e retratação ao direito de representação .....	153



5.12. Ação penal e sentença: princípio da correlação .....	154
5.12.1. <i>Emendatio libelli</i> e <i>mutatio libelli</i> : distinção .....	154
5.12.2. A dinâmica da <i>emendatio</i> e da <i>mutatio</i> no CPP e na doutrina tradicional .....	156
5.12.3. Nossa leitura crítica dos institutos .....	158
5.12.3.1. <i>Emendatio libelli</i> e seu momento processual .....	158
5.12.3.2. A <i>mutatio libelli</i> : juiz acusador e juiz que provoca a acusação. Inconstitucionalidades .....	159
5.12.3.3. Aditamento e aplicação do art. 28 do CPP .....	160
5.12.3.4. Superveniente alteração de legitimidade .....	161
5.12.3.5. Aditamento e sistema recursal .....	162
5.13. Ação civil <i>ex delicto</i> .....	162
5.13.1. Ação civil: questões controvertidas .....	164
5.13.2. Composição civil dos danos .....	166

<b>6 - Jurisdição e Competência .....</b>	<b>167</b>
6.1. Jurisdição .....	167
6.2. Competência e os princípios que lhes são aplicáveis .....	167
6.3. Estrutura do Poder Judiciário no Brasil: competências recursal e originária .....	169
6.3.1. Classificação: Justiças Comum e Especializada; Justiças Federal e Estadual .....	172
6.4. Da fixação da competência .....	174
6.4.1. Da fixação da competência de justiça .....	174
6.4.1.1. Competência da Justiça Federal .....	175
6.4.1.2. Competência da Justiça Militar Federal e Militar Estadual .....	176
6.4.1.3. Competência da Justiça Eleitoral .....	178
6.4.1.4. Da competência da Justiça do Trabalho para julgar <i>habeas corpus</i> ...	180
6.4.1.5. Competência da Justiça Estadual (comum) .....	180
6.4.2. Competência de foro (competência territorial) .....	181
6.4.3. Competência do juízo .....	183
6.5. Incompetências absoluta e relativa: efeitos .....	184
6.6. Competência por prerrogativa de função .....	186
6.6.1. Foro por prerrogativa e cessação do exercício da função (art. 84, §1º, CPP) .....	187
6.6.2. Foro por prerrogativa e ação de improbidade (art. 84, § 2º, CPP) .....	188
6.6.3. Concurso aparente de normas constitucionais sobre competência .....	189
6.6.3.1. Foro por prerrogativa do Prefeito Municipal: crimes eleitorais e crimes de competência da Justiça Federal .....	189
6.6.3.2. Prerrogativa de função e Tribunal do Júri .....	191
6.6.4. Foro por prerrogativa e exceção da verdade .....	192
6.6.5. Prerrogativa de função nas Constituições dos Estados .....	193
6.7. Causas de modificação da competência: conexão, continência e desaforamento .....	195

6.7.1. Foro prevalente .....	196
6.7.2. Separação dos processos .....	197
6.7.3. Separação dos processos por força da Constituição e os reflexos na competência dos Juizados Especiais Criminais .....	199
6.7.3.1. Conexão entre júri e crime eleitoral .....	202
6.7.3.2. Prerrogativa de função, conexão e continência: hipóteses de separação obrigatória .....	202
6.7.3.3. Prerrogativa de função, conexão, continência e duplo grau de jurisdição .....	204
6.7.4. Do desaforamento .....	205
6.8. Conexão e uniformização dos julgados .....	206
6.9. A perpetuatio jurisdictionis e sua exceção .....	206
6.10. Conflito de competência e conflito de atribuição .....	207
6.10.1. Conflito de competência .....	207
6.10.2. Conflito de atribuição .....	208
6.10.2.1. Conflito de atribuição entre membros do mesmo Ministério Público .....	209
6.10.2.2. Conflito de atribuição entre órgãos de Ministérios Públicos diversos .....	210
6.10.3. Conflito de atribuições entre autoridades judiciárias .....	210
6.10.4. Incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal (art. 109, V-A, CRF/1988) .....	211
6.11. Julgamento colegiado em primeiro grau - Lei 12.694/12 .....	213
<b>7 - Sujeitos Processuais .....</b>	<b>216</b>
7.1. O Juiz .....	216
7.1.1. Capacidade do Juiz .....	217
7.1.2. Função, poderes e deveres .....	217
7.1.3. Garantias e prerrogativas .....	218
7.1.4. Vedação .....	219
7.1.5. Suspeição e impedimento .....	219
7.2. Das partes .....	221
7.2.1. Ministério Público .....	221
7.2.1.1. O Ministério Público na estrutura do Estado .....	222
7.2.1.2. O Ministério Público e seus princípios institucionais .....	222
7.2.1.3. O Ministério Público e sua posição na ação penal pública condenatória ...	224
7.2.1.4. O Ministério Público na ação penal privada e na ação privada subsidiária da pública .....	225
7.2.1.5. Funções do Ministério Público .....	225
7.2.1.6. Garantias e prerrogativas do Ministério Público .....	227
7.2.1.7. Impedimentos e suspeições do Ministério Público .....	228
7.2.1.8. Deveres e vedações do Ministério Público .....	229
7.2.2. Do acusado .....	230
7.2.3. Da defesa .....	231



7.2.3.1. Do advogado .....	232
7.2.3.2. Da Defensoria Pública e seus princípios institucionais .....	233
7.2.3.3. Defensoria: função, garantias, prerrogativas, deveres e vedações ....	235
<b>7.3. Dos sujeitos secundários (ou coadjuvantes) do processo .....</b>	<b>241</b>
7.3.1. Dos auxiliares da justiça .....	241
7.3.2. Do assistente de acusação .....	241
7.3.3. Assistente da Defesa .....	242

## **8 - Atos Processuais, Procedimentos e Questões Incidentes ..... 244**

<b>8.1. Atos processuais .....</b>	<b>244</b>
8.1.1. Conceito e classificação .....	244
8.1.2. Citação .....	245
8.1.2.1. Citação por mandado .....	246
8.1.2.2. Citação por carta .....	246
8.1.2.3. Citação do militar e do funcionário público .....	248
8.1.2.4. Citação do réu preso .....	248
8.1.2.5. Citação por hora certa .....	249
8.1.2.6. Citação por edital .....	251
8.1.2.7. Citação: revelia, suspensão do processo e do prazo prescricional .....	252
8.1.3. Intimações .....	261
8.1.4. Ato de Algemar e Súmula Vinculante nº 11 .....	261
<b>8.2. Procedimentos .....</b>	<b>264</b>
8.2.1. Procedimento comum .....	264
8.2.1.1. Procedimento comum ordinário .....	265
8.2.1.2. Procedimento no Tribunal do Júri .....	274
8.2.1.2.1. Da Primeira fase do Júri .....	276
8.2.1.3. Procedimento sumário .....	301
8.2.1.4. Procedimento sumaríssimo - Lei nº 9.099/1995 .....	302
8.2.1.4.1. Dos Juizados e de sua competência .....	302
8.2.1.4.2. Procedimento .....	304
8.2.1.4.3. Da fase preliminar .....	305
8.2.1.4.4. Da representação e sua controvérsia .....	306
8.2.1.4.5. Transação penal e sua natureza jurídica .....	308
8.2.1.4.6. Oferecimento da denúncia e audiência de instrução .....	327
8.2.2. Procedimentos especiais .....	328
8.2.2.1. Procedimentos especiais do CPP .....	328
8.2.2.2. Procedimentos especiais em leis extravagantes .....	329
8.2.2.2.1. Procedimento na Lei nº 11.343/2006 .....	329
8.2.2.2.2. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) .....	330
8.2.2.2.3. Dos Crimes de Trânsito - Controvérsias .....	338
8.2.2.2.4. Lei de Lavagem de Dinheiro .....	342
8.2.2.2.5. Lei nº 12.850/2013 (Organizações Criminosas) .....	348
<b>8.3. Questões prejudiciais e processos incidentes .....</b>	<b>351</b>
8.3.1. Questões prejudiciais .....	352

8.3.2. Processos incidentes .....	352
8.3.2.1. Das exceções .....	352
8.3.2.2. Restituição das coisas apreendidas .....	355
8.3.2.3. Incidente de falsidade .....	356
8.3.2.4. Incidente de insanidade mental .....	356
<b>9 - Da Prova no Processo Penal .....</b>	<b>358</b>
9.1. A prova e a busca da verdade .....	358
9.2. Apontamentos sobre a Teoria Geral da Prova .....	360
9.2.1. Prova: conceito, natureza jurídica, meios e objeto .....	360
9.2.2. O ônus da prova no processo penal .....	361
9.2.3. Princípios aplicáveis à prova no processo penal brasileiro .....	364
9.2.3.1. Princípios constitucionais referentes à prova .....	364
9.2.3.2. Princípios infraconstitucionais referentes à prova .....	368
9.2.4. Provas ilícitas: teorias sobre vedação e admissão .....	373
9.2.4.1. Princípio da razoabilidade e proporcionalidade .....	374
9.2.4.2. Proporcionalidade e provas ilícitas .....	375
9.2.4.3. Proporcionalidade pro reo .....	375
9.2.4.4. Proporcionalidade pro societate .....	376
9.2.4.5. Prova ilícita na reforma processual de 2008 .....	379
9.2.4.5.1. Prova ilícita por derivação (fruits of the poisonous tree) .....	380
9.2.4.5.2. Teorias da independent source (fonte independente) e da inevitable discovery (do descobrimento inevitável ou do curso hipotético de investigação) .....	380
9.2.4.5.3. Fontes independentes e descoberta inevitável na reforma processual de 2008 - controvérsias sobre o art. 157 do CPP .....	382
9.2.4.6. Vedação das provas astuciosas ou enganosas: flagrante preparado e interrogatório sub-reptício .....	382
9.2.5. Procedimento probatório .....	384
9.2.5.1. Sistemas de valoração das provas .....	385
9.2.5.2. Valoração da prova e resultado do processo: .....	386
9.3. Das provas em espécie .....	386
9.3.1. Do interrogatório, da confissão e da delação .....	386
9.3.1.1. Interrogatório: natureza jurídica, conceito e características .....	387
9.3.1.2. Interrogatório e art. 260 do CPP: leitura constitucional .....	388
9.3.1.3. Procedimento do interrogatório .....	389
9.3.1.4. Interrogatório em estabelecimento prisional e interrogatório por videoconferência .....	391
9.3.1.5. Direito ao silêncio e direito de mentir .....	394
9.3.1.6. Interrogatório de corrêu .....	395
9.3.1.7. Confissão .....	396
9.3.1.8. Delação .....	398
9.3.2. Das perguntas ao ofendido .....	399
9.3.3. Da prova testemunhal .....	400



9.3.4. Do reconhecimento de pessoas e coisas da reconstituição do crime ....	403
9.3.4.1. Reconhecimento de pessoa .....	403
9.3.4.2. Reconhecimento de coisa .....	404
9.3.4.3. Reconstituição do crime .....	404
9.3.5. Da acareação .....	405
9.3.6. Da prova documental .....	405
9.3.7. Da prova pericial e exame de corpo de delito .....	406
9.3.8. Dos indícios .....	413
9.3.9. Da prova emprestada .....	414
9.3.10. Interceptações telefônicas, gravações ambientais e o problema da licitude da prova .....	415
9.3.11. Intervenções corporais .....	416

**10 - Processo Penal Cautelar ..... 422**

10.1. Apontamentos sobre a Teoria Geral das Medidas Cautelares Pessoais ...	424
10.1.1. Interpretação prospectiva e Lei nº 12.403/2011 .....	425
10.1.2. Princípios Reitores do Processo Penal Cautelar .....	426
10.1.2.1. Dignidade da Pessoa Humana .....	426
10.1.2.2. Devido Processo Legal .....	430
10.1.2.2.1. Devido Processo Legal e Taxatividade das Medidas Cautelares.....	431
10.1.2.2.2. Medidas Cautelares e Princípio da Duração Razoável do Processo .....	431
10.1.2.2.3. A Presunção de Inocência como limite teleológico das medidas cautelares .....	432
10.1.2.3. Reserva de Jurisdição .....	432
10.1.2.4. Motivação .....	433
10.1.2.5. Contraditório .....	433
10.1.2.6. Excepcionalidade .....	434
10.1.2.7. Proporcionalidade .....	435
10.1.2.8. Provisionalidade e Provisoriedade ou Precariedade .....	437
10.1.3. Medidas Cautelares: Hipóteses Legais de Cabimento e Pressupostos Fáticos .....	437
10.2. Medidas cautelares em espécie .....	439
10.2.1. Da Prisão processual .....	439
10.2.1.1. Apontamentos sobre a teoria geral da prisão cautelar: princípios, requisitos, validade e características .....	440
10.2.1.1.1. Enquadramento constitucional: princípios da presunção de inocência e da proporcionalidade (princípio da vedação do excesso) ....	440
10.2.1.1.2. Pressupostos e Fundamentos (Pressupostos fáticos) .....	442
10.2.1.1.3. Validade .....	442
10.2.1.1.4. Características .....	443
10.2.1.2. As espécies de prisão processual .....	444
10.2.1.2.1. Prisão em flagrante .....	444

10.2.1.2.2. Auto de prisão em flagrante .....	448
10.2.1.2.3. Prisão em flagrante e período eleitoral .....	453
10.2.1.3. Prisão preventiva .....	454
10.2.1.3.1. Hipóteses Legais de Cabimento da Prisão - art. 313 CPP .....	454
10.2.1.3.2. Parágrafo Único do art. 313 .....	457
10.2.1.3.3. Prisão temporária .....	464
10.2.1.3.4. Prisão Domiciliar .....	467
10.2.1.3.5. Outras prisões (administrativa e civil) .....	468
10.2.1.3.6. Duração razoável da prisão provisória .....	469
10.2.1.3.7. A forma de contagem do prazo: sistema prazo a prazo, sistema global e sistema de fases .....	476
10.2.1.3.8. Prisão provisória: excepcionalidade e proporcionalidade .....	476
10.2.1.3.9. Progressão cautelar de regime - Lei nº 12.736/2012 .....	477
10.2.2. O sistema de liberdade no curso do processo .....	480
10.2.2.1. Liberdade Plena e Liberdade provisória .....	481
10.2.2.2. Liberdade provisória: espécies .....	485
10.2.2.3. Liberdade provisória e vedações legais (inconstitucionais) .....	486
10.2.2.4. Liberdade provisória e Inafiançabilidade .....	487
10.2.3. Medidas cautelares diversas da prisão .....	488
10.2.3.1. Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades .....	489
10.2.3.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações ...	490
10.2.3.3. Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante .....	490
10.2.3.4. Proibição de ausentar-se da comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução e proibição de ausentar-se do país .....	491
10.2.3.5. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos .....	492
10.2.3.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais .....	493
10.2.3.7. Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável e houver risco de reiteração .....	494
10.2.3.8. Fiança .....	495
10.2.3.8.1. Valor da Fiança .....	496
10.2.3.8.2. Recusa e retardamento da fiança .....	497
10.2.3.8.3. Destino do valor da fiança .....	497
10.2.3.8.4. Fiança e Autoridade Policial .....	498



10.2.3.9. Monitoração eletrônica: do PL nº 156/2009, à LEP e à Lei nº 12.403/2011. ....	499
10.2.3.9.1. Monitoramento eletrônico: compatibilidade sistêmica e risco cultural .....	501
10.2.3.10. Medidas cautelares diversas da prisão e detração da pena .....	502
<b>10.3. Medidas cautelares reais e probatórias .....</b>	<b>503</b>
10.3.1. Medidas assecuratórias .....	503
10.3.1.1. Do sequestro .....	503
10.3.1.2. Da hipoteca legal .....	505
10.3.1.3. Do arresto .....	505
10.3.2. Medidas Cautelares Probatórias (ou meios de obtenção de prova) .....	506
10.3.2.1. Busca e apreensão .....	507
10.3.2.1.1. Da busca domiciliar .....	508
10.3.2.1.2. Encontros fortuitos .....	509
10.3.2.1.3. Escritórios de advocacia .....	510
10.3.2.1.4. Busca pessoal .....	511
10.3.2.2. O regime da interceptação na Constituição de 1988 .....	514
10.3.2.2.1. O regime infraconstitucional das interceptações: Lei nº 9.296/1996 .....	516
10.3.2.2.2. Requisitos legais para a interceptação telefônica .....	516
10.3.2.2.3. Definição do objeto da investigação: limites subjetivos e objetivos e encontros fortuitos .....	517
10.3.2.2.4. A controvérsia doutrinária sobre a constitucionalidade do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.296/1996 .....	518
10.3.2.2.5. Interceptação e prova emprestada .....	519
10.3.2.2.6. Gravação de conversa do investigado com advogado e familiares .....	521
10.3.2.2.7. Procedimento de interceptação .....	522
10.3.2.2.8. Do prazo da interceptação .....	522
10.3.2.2.9. Processamento em apartado e apensamento .....	523
10.3.2.3. Quebra de sigilo bancário e fiscal .....	524
10.3.2.4. Captações e interceptações ambientais; infiltração de agente ação controlada .....	526
<b>11 - Sentença .....</b>	<b>528</b>
11.1. Conceito e classificação .....	528
11.2. Requisitos formais da sentença .....	530
11.3. Da sentença absolutória, seus efeitos e providências .....	531
11.4. Sentença condenatória, limites, efeitos e providências .....	533
11.4.1. Limites: impossibilidade de condenação diante de pedido de absolvição do Ministério Público. Releitura do art. 385 do CPP .....	534
11.4.2. Efeitos e providências .....	535
11.5. Publicação e intimação da sentença .....	535
11.5.1. Intimação da sentença .....	536

<b>12. Coisa Julgada</b> .....	<b>539</b>
12.1. Conceito, natureza jurídica e classificação .....	539
12.2. Coisa julgada e revisão criminal .....	540
12.3. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada .....	541
12.4. Limites objetivos da coisa julgada no concurso formal, nos crimes continuados e nos crimes habituais e permanentes .....	542
12.4.1. Concurso formal .....	542
12.4.2. Crime continuado .....	542
12.4.3. Crimes habituais e permanentes .....	544
12.5. Eficácia preclusiva da coisa julgada .....	545
<b>13. Das Nulidades</b> .....	<b>546</b>
13.1. Defeitos dos atos processuais (inexistência, irregularidade e nulidade) .....	546
13.2. Nulidade absoluta e nulidade relativa .....	547
13.3. Efeitos da nulidade .....	549
13.4. Prevalência das impeditivas .....	550
13.5. Nulidades sanáveis e insanáveis .....	551
<b>14. Recursos no Processo Penal e Ações Autônomas de Impugnação</b> .....	<b>552</b>
14.1. Princípio do duplo grau de jurisdição .....	552
14.2. Limite do duplo grau de jurisdição .....	554
14.3. Teoria Geral dos Recursos .....	554
14.3.1. Recursos e ações autônomas de impugnação .....	554
14.3.2. Conceito, natureza jurídica e características dos recursos .....	555
14.3.3. Classificação .....	556
14.4. Princípios Gerais dos Recursos .....	556
14.4.1. Taxatividade .....	556
14.4.2. Unirrecorribilidade/Unicidade - art. 593, § 4º, do CPP .....	557
14.4.3. Variabilidade ou suplementação dos recursos? .....	557
14.4.4. Complementaridade dos recursos .....	557
14.4.5. Conversão .....	557
14.4.6. Fungibilidade dos recursos (art. 579 do CPP) .....	558
14.4.7. Voluntariedade .....	558
14.4.8. Dialeticidade .....	558
14.4.9. Disponibilidade dos recursos .....	558
14.4.10. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias .....	559
14.4.11. Personalidade dos recursos .....	559
14.5. Efeitos dos recursos .....	561
14.5.1. Devolutivo .....	561
14.5.2. Suspensivo (suspensão dos efeitos da decisão) .....	562
14.5.3. Extensivo .....	562
14.5.4. Iterativo .....	562

14.6. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito .....	562
14.6.1. Juízo de admissibilidade – prelibação .....	562
14.6.2. Juízo de mérito ou libação .....	562
14.6.3. Requisitos de admissibilidade – condições de admissibilidade e pressupostos recursais .....	563
14.6.3.1. Condições recursais .....	563
14.6.3.2. Pressupostos recursais .....	565
14.7. Dos Recursos em Espécie .....	567
14.7.1. Recurso em sentido estrito (art. 581, CPP) .....	567
14.7.1.1. Conceito e denominação .....	567
14.7.1.2. Rol taxativo .....	567
14.7.1.3. Hipóteses legais .....	567
14.7.1.4. Competência para julgamento .....	570
14.7.1.5. Efeitos .....	570
14.7.1.6. Procedimento e processamento .....	570
14.7.2. Apelação .....	571
14.7.2.1. Conceito .....	571
14.7.2.2. Espécies .....	571
14.7.2.3. Condições recursais .....	571
14.7.2.4. Apelação e prisão cautelar .....	575
14.7.2.5. Procedimento da apelação .....	575
14.7.2.6. Efeitos .....	576
14.7.3. Embargos declaratórios e pedido de declaração de sentença .....	576
14.7.3.1. Procedimento dos embargos declaratórios .....	577
14.7.3.2. Julgamento dos embargos declaratórios .....	578
14.7.4. Embargos infringentes e de nulidade (art. 609, CPP) .....	579
14.7.5. Agravos .....	580
14.7.6. Carta testemunhável .....	581
14.7.7. Correição parcial .....	581
14.7.8. Recurso extraordinário e recurso especial .....	582
14.7.8.1. Legitimidade e interesse .....	583
14.7.8.2. Procedimento .....	583
14.7.8.3. Agravo de instrumento contra denegação do recurso extraordinário e do recurso especial .....	584
14.7.8.4. Efeitos .....	585
14.7.9. Recurso ordinário constitucional .....	586
14.8. Ações autônomas de impugnação .....	587
14.8.1. Revisão criminal .....	587
14.8.1.1. Conceito e natureza jurídica .....	587
14.8.1.2. Fundamentos para a revisão criminal .....	588
14.8.1.3. Condições da ação .....	589
14.8.1.4. Reiteração de pedido .....	590
14.8.1.5. Revisão criminal e soberania dos verdictos .....	590

14.8.1.6. Capacidade postulatória – necessidade de prisão - prazo para o exercício .....	590
14.8.1.7. Competência .....	590
14.8.1.8. Procedimento .....	591
14.8.1.9. Antecipação de tutela (liminar) .....	592
14.8.1.10. Sentença, recursos e coisa julgada .....	592
14.8.2. <i>Habeas Corpus</i> .....	593
14.8.2.1. Origem e natureza jurídica .....	593
14.8.2.2. Espécie de habeas corpus: liberatório e preventivo .....	594
14.8.2.3. Condições da ação .....	594
14.8.2.4. Competência .....	596
14.8.2.5. Procedimento .....	596
14.8.2.6. Sentença e coisa julgada .....	598
14.8.3. Mandado de segurança .....	598
14.8.3.1. Condições da ação .....	598
14.8.3.2. Procedimento .....	599
14.8.4. Das reclamações .....	601
<b>15. Execução Penal .....</b>	<b>603</b>
15.1. Considerações iniciais .....	603
15.2. Princípios constitucionais incidentes sobre a execução penal .....	604
15.3. Dos órgãos da execução penal .....	605
15.4. Dos estabelecimentos penais .....	606
15.5. Do condenado .....	606
15.5.1. Da classificação dos condenados .....	607
15.6. Da assistência .....	607
15.7. Do trabalho, do estudo e da remição .....	608
15.8. Dos direitos e deveres do condenado .....	609
15.9. Da disciplina e das infrações administrativas e suas respectivas sanções .....	609
15.9.1. RDD – Regime disciplinar diferenciado .....	610
15.10. Da competência executória .....	611
15.11. Do processo executório .....	611
15.11.1. Da execução provisória da pena .....	612
15.11.2. Execução das penas em espécie .....	614
15.11.2.1. Da execução das penas privativas de liberdade .....	614
15.11.2.2. Monitoramento eletrônico .....	615
15.12. Do procedimento .....	615
15.13. Da dinâmica da execução .....	616
Referências .....	617